

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 785.129 - RS (2005/0160295-8)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
RECORRENTE : FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO
ADVOGADO : MATUSALEM FELIPE MORALES
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. CONTRARIEDADE AOS ARTIGOS 1º DO CP, 381, INCISO III, DO CPP E 10 DA LEI Nº 7.347/85. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. EXPRESSÃO DADOS TÉCNICOS.

I - Questões não apreciadas, sequer implicitamente, no v. acórdão increpado desmerecem exame por ausência do devido prequestionamento (**Precedentes/Súmulas nº 282 e 356/STF**).

II - Não se conhece de recurso especial que, para o seu objetivo, exige o reexame da **quaestio facti** (**Súmula nº 7/STJ**).

III - Não há violação ao art. 381, III, do CPP, se a decisão condenatória expõe os motivos de fato e de direito em que se fundou.

IV - A expressão "dados técnicos" *"se refere a qualquer informação dependente de um conhecimento ou trabalho específico, que seja peculiar de determinado ofício ou profissão"* cf. RHC nº 12359/MG, Rel. Min. **Gilson Dipp**, DJU de 01/07/2002.

V - No caso em tela, as informações solicitadas pelo Ministério Público se enquadram no conceito de "dados técnicos", uma vez que dizem respeito aos procedimentos observados na rotina de funcionamento da Prefeitura Municipal de Rio Grande/RS. Isso porque os dados requeridos se referiam, **v.g.**, à contratos celebrados pelo Município, se houve licitação em determinada contratação etc.

Recurso parcialmente conhecido e, nesta parte, provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da QUINTA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conhecer parcialmente do recurso e, nessa parte, negar-lhe provimento. Os Srs. Ministros Gilson Dipp, Laurita Vaz e Arnaldo Esteves Lima votaram com o Sr. Ministro Relator.

SUSTENTOU ORALMENTE: DR. GIOVANI BORTOLINI (P/RECTE)
Brasília (DF), 29 de junho de 2006 (Data do Julgamento).

MINISTRO FELIX FISCHER
Relator

RECURSO ESPECIAL Nº 785.129 - RS (2005/0160295-8)

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO FELIX FISCHER: Trata-se de recurso especial interposto por Fábio de Oliveira Branco, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea **a**, da **Lex Fundamental**, em face de v. acórdão prolatado pelo e. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, no qual se argumenta violação aos artigos 1º do CP, 381, inciso III, do CPP e 10 da Lei nº 7.347/85.

Depreende-se dos autos que o recorrente, à época Prefeito Municipal, foi condenado pelo e. Tribunal do Estado do Rio Grande do Sul, à pena de 1 (um) ano e 2 (dois) meses de reclusão e multa, substituída por duas restritivas de direito, como incurso nas sanções do art. 10 da Lei nº 7.347/85.

Esta a ementa do v. julgado:

"DIREITO PENAL - PROCESSUAL PENAL - CRIME DE RECUSA OU RETARDO DE ATENDIMENTO DE REQUISIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

Pratica o crime do art. 10 da Lei nº 7.437/85 o Prefeito que se recusa, ou que retarda, injustificadamente, a prestar informações necessárias à eventual ajuizamento de ação civil pública, quando requisitadas pelo Ministério Público.

Ação penal julgada procedente" (fl. 965).

Opostos embargos declaratórios, restaram estes rejeitados em v. acórdão assim ementado:

"EMBARGOS DECLARATÓRIOS.

Se o acórdão não apresenta qualquer obscuridade, contradição ou omissão, não há o que declarar em sede de embargos de declaração. Embargos rejeitados" (fl. 993).

Daí o presente apelo nobre, no qual se argumenta contrariedade aos seguintes artigos: **a)** 10 da Lei nº 7.347/85, porquanto as informações solicitadas não caracterizam dados técnicos e que não eram indispensáveis para a propositura de Ação Civil Pública; **b)** 1º do CP porque *"ao se desviar do tipo penal inserto no art. 10 da Lei nº 7.347/85, o julgado criou espécie nova de crime, rompendo com o princípio da legalidade"* (fl. 1.019) e; **c)** 381, inciso III, do CPP, **verbis:** *"A sentença conterá (...) a indicação dos motivos de fato e de direito em que se fundar a decisão"*.

Contra-razões às fls. 1.048/1.055.

Superior Tribunal de Justiça

A douta Subprocuradoria-Geral da República, às fls. 1.072/1.078, manifestou-se pelo não conhecimento do recurso, em parecer assim ementado:

"Pelo não conhecimento (na dicção do STF, no RE nº 45.255, Rel. Min. Prado Kelly, RT 396/392-407) ou pelo conhecimento e não provimento do Recurso, pela alínea a interposto" (fl. 1.072).

É o relatório.



RECURSO ESPECIAL Nº 785.129 - RS (2005/0160295-8)

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. CONTRARIEDADE AOS ARTIGOS 1º DO CP, 381, INCISO III, DO CPP E 10 DA LEI Nº 7.347/85. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. EXPRESSÃO DADOS TÉCNICOS.

I - Questões não apreciadas, sequer implicitamente, no v. acórdão increpado desmerecem exame por ausência do devido prequestionamento (**Precedentes/Súmulas nº 282 e 356/STF**).

II - Não se conhece de recurso especial que, para o seu objetivo, exige o reexame da **quaestio facti** (**Súmula nº 7/STJ**).

III - Não há violação ao art. 381, III, do CPP, se a decisão condenatória expõe os motivos de fato e de direito em que se fundou.

IV - A expressão "dados técnicos" "*se refere a qualquer informação dependente de um conhecimento ou trabalho específico, que seja peculiar de determinado ofício ou profissão*" cf. RHC nº 12359/MG, Rel. Min. **Gilson Dipp**, DJU de 01/07/2002.

V - No caso em tela, as informações solicitadas pelo Ministério Público se enquadram no conceito de "dados técnicos", uma vez que dizem respeito aos procedimentos observados na rotina de funcionamento da Prefeitura Municipal de Rio Grande/RS. Isso porque os dados requeridos se referiam, **v.g.**, à contratos celebrados pelo Município, se houve licitação em determinada contratação etc.

Recurso parcialmente conhecido e, nesta parte, desprovido.

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO FELIX FISCHER: Argumenta o recorrente contrariedade aos seguintes artigos: 10 da Lei nº 7.347/85 (porquanto as informações solicitadas não caracterizam dados técnicos e que não eram indispensáveis para a propositura de Ação Civil Pública); 1º do CP, (porque "*ao se desviar do tipo penal inserto no art. 10 da Lei nº 7.347/85, o julgado criou espécie nova de crime, rompendo com o princípio da legalidade*" (fl. 1.019)) e; 381, inciso III, do CPP, **verbis**: "*A sentença conterà (...) a*

Superior Tribunal de Justiça

indicação dos motivos de fato e de direito em que se fundar a decisão".

De início, verifico que à alegação referente a negativa de vigência ao artigo 1º do CP, não foi analisada pelo e. Tribunal **a quo**, carecendo, pois, do indispensável **prequestionamento (Súmulas 282 e 356 do STF)**.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

"AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL PENAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282 DO STF.

Não se conhece do recurso especial quanto a questões carentes de prequestionamento.

Agravo regimental a que se nega provimento"

(AgRg nos EDcl no Ag 625528/RS, **6ª Turma**, Rel. Min. **Paulo Medina**, DJU de 10/10/2005).

"RECURSO ESPECIAL. PENAL. PERDIMENTO DE BENS. RESTITUIÇÃO DE AERONAVE UTILIZADA NO TRÁFICO DE DROGAS. AUSÊNCIA DE PROVA DO DOMÍNIO DO AVIÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.

As matérias que não foram alvo do indispensável prequestionamento nas instâncias ordinárias não merecem ser conhecidas.

A falta de demonstração cristalina da propriedade impede a restituição do bem.

Recurso parcialmente conhecido e, nesta parte, desprovido"

(REsp 647579/MS, **5ª Turma**, Rel. Min. **José Arnaldo da Fonseca**, DJU de 17/10/2005).

"CRIMINAL. RESP. ROUBO. DOSIMETRIA. VIOLAÇÃO AO ART. 59 DO CÓDIGO PENAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. DIVERSIDADE DE SITUAÇÕES ENTRE ACÓRDÃO RECORRIDO E O PARADIGMA. RECURSO DESPROVIDO.

I - Se o dispositivo de lei federal – art. 59 do Código Penal - apontado como violado não foi ventilado no acórdão recorrido, sequer de forma implícita, nem o recorrente cuidou de suscitá-lo pela interposição de embargos declaratórios, não merece ser examinado, em razão do não prequestionamento da matéria.

II - Incidência do óbice das Súmulas 282 e 356 do STF, aplicáveis ao recurso especial.

III – Não se reconhece a ocorrência de dissídio jurisprudencial, se evidenciada a disparidade de situações entre o acórdão recorrido e o paradigma apresentado.

IV - Recurso desprovido"

(REsp 742267/SP, **5ª Turma**, Rel. Min. **Gilson Dipp**, DJU de 10/10/2005).

"PENAL. RECURSO ESPECIAL. DESCAMINHO. ART. 499,

Superior Tribunal de Justiça

DO CPP. ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO ANTES DE CUMPRIDA A CARTA PRECATÓRIA. ART. 222, DO CPP. DOSIMETRIA DA PENA. INQUÉRITOS E PROCESSOS EM ANDAMENTO. NÃO CONFIGURAM MAUS ANTECEDENTES. DOCUMENTOS JUNTADOS NAS RAZÕES DA APELAÇÃO. MATÉRIA NÃO APRECIADA PELO TRIBUNAL A QUO. AUSÊNCIA DE PRÉ-QUESTIONAMENTO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO PRETÓRIO EXCELSO. AUSÊNCIA DE PROVAS PARA A CONDENAÇÃO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA Nº 7/STJ.

I - A expedição de carta precatória para a inquirição de testemunha não tem o condão de suspender a instrução criminal, podendo o feito, inclusive, ser sentenciado se findo o prazo marcado para seu cumprimento - art. 222, §§1º e 2º, do CPP (Precedentes).

II - Em respeito ao princípio da presunção da inocência, inquéritos e processos em andamento não podem ser considerados como maus antecedentes para exacerbação da pena-base (Precedentes do Pretório Excelso e do STJ).

III - Questões não apreciadas no v. acórdão increpado desmerecem exame por ausência do devido prequestionamento (Súmulas nº 282 e 356/STF).

IV - A alegação de ofensa direta a texto constitucional não pode ser analisada em recurso especial, sendo de competência do Pretório Excelso.

V- Não se conhece de recurso especial que, para o seu objetivo, exige o reexame da **quaestio facti** (Súmula nº 7 - STJ).

Recurso parcialmente conhecido e, nesta parte, parcialmente provido"

(REsp 697105/RS, 5ª Turma, de **minha relatoria**, DJU de 29/08/2005).

No que tange à violação ao art. 381, III, do CPP ("A sentença conterá (...) a indicação dos motivos de fato e de direito em que se fundar a decisão"), tenho que ela não se verifica.

O e. Tribunal **a quo**, no **punctum saliens**, assim se manifestou, **verbis**:

"Neste processo o Prefeito de Rio Grande Fábio de Oliveira Branco é acusado da prática do crime previsto no art. 10 da Lei nº 7.347/85 que pune quem recusa, retarda ou omite o fornecimento de dados técnicos indispensáveis à propositura de ação civil pública, quando requisitados pelo Ministério Público.

De acordo com a denúncia tal aconteceu com o acusado que em quatro diferentes oportunidades não forneceu os dados que lhe haviam sido requisitados pelo Ministério Público e noutras retardou, sem justo motivo, dados estes reputados indispensáveis ao eventual ajuizamento de ação civil pública.

O fato ocorreu no período compreendido entre 26-11-2001 a 1º-02-2002; entre 28-11-2001 a 1º-02-2002; entre 26-11-2001 a 1º-02-2002; entre 02-12-2001 a 1º-02-2002 e entre 02-12-2001 a 1º-02-2002.

Superior Tribunal de Justiça

As requisições de dados eram feitas através de ofícios devidamente protocolizados no gabinete do acusado, vg ofícios 1339/01, de 23-11-01; 1355, de 26-11-01; 1338, de 23-11-01 e 1392, de 06-12-01, e as informações requisitadas diziam respeito a contrato de mão de obra firmado entre o Município e Alexandre Silva Figueiredo; contratação de serviços advocatícios com o escritório Cláudio Colgo Advogados S/C; contrato com a empresa Sória & Lucas Ltda. e dados constantes em procedimento de inspeção do TCE expressamente nominados no ofício requisitório.

Os ofícios mencionados se constituíam em reiteraões de requisições anteriores não atendidas e sequer respondidas pelo acusado.

Quando da resposta escrita o acusado procurou se justificar sustentado que, embora fora do prazo, em razão da necessidade de atender aos tramites burocráticos, todas as informações requisitadas acabaram sendo alcançadas ao Ministério Público. Depois de explicar como as requisições tramitavam nos diversos setores, admitiu ter havido falta de diligência ou da devida atenção, mas jamais deliberada intenção de descumprir a lei.

Foi no entanto a denúncia recebida, tendo eu, como relator, na ocasião, emitido o voto seguinte:

Constitui crime a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura de ação civil pública, quando requisitadas pelo Ministério Público, na condução de inquérito civil. É o que dispõe a Lei nº 7347/85, art. 10.

No caso em exame, o Promotor de Justiça da Comarca de Rio Grande instaurou quatro inquéritos civis para o levantamento de dados necessários à eventual instauração de ação civil pública, tendo requisitado informações ao Prefeito Municipal que, nos inquéritos nº 106/01 e 108/01 – ofícios nº 1231/01, de 01-11-01, 1339/01, de 23-11-01, 1320/01, de 05-11-01 e 1338/01, de 23-11-01, respectivamente – simplesmente se recusou a prestá-las e nos inquéritos nº 151/01 e 1229/01 prestou-as fora do prazo legal. Assim, as informações requisitadas nos ofícios nº 1220/01, de 30-10-01 (reiteradas em 11, 12 e 23 de novembro de 2001) somente foram prestadas em 18-12-01 e as informações requisitadas no ofício nº 1229/01, de 01-11-01, reiteradas em 06-12-01, somente foram prestadas em 18-12-01. Aparentemente sem justificativa alguma. A resposta escrita não demonstra, de plano, que o Prefeito acusado, pelo que fez, ou deixou de fazer, não pode estar sujeito a processo criminal, por não merecer censura. Não é aceitável debitar à burocracia penal a aparente recalcitrância do acusado.

Cuidando-se, portanto, de denúncia que atribui ao acusado a prática de fato típico e penalmente ilícito, impõe-se o recebimento da denúncia.

Por ocasião do seu interrogatório o réu declarou jamais ter deixado de atender às requisições deliberadamente e novamente debitou o acontecido a sua assessoria ou à burocracia.

O exame e a análise da prova dos autos evidencia o seguinte, a partir do testemunho do Promotor de Justiça Voltaire de Freitas Michel, nas fls. 735-745:

O Dr. Voltaire assumiu a Promotoria Comunitária da comarca de Rio Grande e verificou que havia vários expedientes preliminares que poderiam servir de base à instauração de inquéritos civis envolvendo a Administração Municipal. Para melhor conduzir seu trabalho, o qual dependia, em grande parte, de dados que deveriam ser fornecidos pela Administração Municipal, solicitou audiência ao Prefeito, o réu Fábio de Oliveira Branco. Foi atendido. Desta audiência participaram também Assessores imediatos do Prefeito, inclusive o Secretário Geral do Município que era quem, aparentemente, coordenava seu gabinete. Ficou acertado, na ocasião, que as solicitações de informações e bem assim as requisições, seriam concentradas no gabinete do Prefeito, onde havia um

Superior Tribunal de Justiça

protocolo de correspondência especial, sob a supervisão de Janir Souza Branco, Secretário Geral do Município. A sistemática visava agilizar os expedientes e a pronta prestação de informações. Esclareceu o Dr. Voltaire que isto aconteceu em março de 2001 e tudo caminhou a contento até fins de outubro, início de novembro do mesmo ano. Exatamente quando ele, como Promotor de Justiça, sentiu-se na contingência de ajuizar algumas ações civis contra o Município. Algumas delas com forte repercussão na comunidade local. Observou o Dr. Voltaire, então, que a partir daí as solicitações de informações não eram mais atendidas. Ele as reiterava e finalmente as requisitava, como previsto na lei. Decorrido o prazo para atendimento, sem resposta e sem solicitação de dilação do prazo, sem qualquer justificativa, encaminhou notícia do acontecido à Procuradoria de Prefeitos, na capital.

Foi o que realmente aconteceu, pelo que se conclua do exame e da valoração da prova representada pela comprovação das requisições desatendidas sem qualquer contestação. Sem qualquer justificativa, ou pelo atendimento tardia das informações requisitadas.

Com efeito, Janir Souza Branco, por exemplo, prestou longo depoimento nas fls. 728-733.

Este ilustre cidadão, exercendo, atualmente, mandato popular na Colenda Assembléia Legislativa, procurou enfatizar jamais ter ouvido do réu ordem ou determinação de não atender às requisições do Ministério Público. Pelo contrário, suas determinações seriam de atender às solicitações/requisições. Como quatro delas nominadas na denúncia não foram atendidas, comprovadamente, a testemunha procurou debitar o acontecido ao grande volume de solicitações que teriam sido encaminhadas pelo Ministério Público local naquela época, a complexidade dos dados solicitados, esclarecendo que dependiam de informe de mais de uma Secretaria, que havia um protocolo geral e um protocolo especial no gabinete, que do primeiro o expediente passava para o segundo e deste para as Secretarias, etc. etc. Esta versão, francamente favorável à posição do réu no processo, poderia explicar apenas o atraso no atendimento das requisições, o que, sem causa, também constitui crime. Mas não explica e nem justifica a simples recusa, o desatendimento das demais requisições.

Está comprovado que as solicitações e as requisições eram encaminhadas diretamente ao gabinete do réu, desde março de 2001, depois da reunião de trabalho antes referida. Não passavam mais pelo protocolo geral, como ficara ajustado. Exatamente para não se perder na burocracia. A funcionária do Ministério Público Maria de Lourdes França bem esclareceu este ponto (701- 705) desautorizando completamente o testemunho do então Secretário Geral e bem assim do Advogado Juarez Torronteguy (706-712).

Por outro lado as informações requisitadas, as quatro não atendidas, em dois meses, demandavam respostas simples e diretas sobre dados bem objetivos, como, por exemplo, qual o motivo pelo qual não fora realizada licitação na contratação de determinado serviço? Se o contrato firmado com determinada empresa ou pessoa estava em vigor e vinha sendo executado?

Está também comprovado que os dados técnicos solicitados mostravam-se indispensáveis ao ajuizamento, ou não, das ações, como explicou em detalhes o Dr. Voltaire em seu esclarecedor depoimento antes referido.

O procedimento do réu, recusando atendimento às requisições, estou convencido, era motivado pelo fato de o Ministério Público ter cumprido com seu dever ajuizando ações cíveis contra o Município, uma delas, inclusive, tendo o réu como co-demandado.

Superior Tribunal de Justiça

O procedimento do acusado denota ter o mesmo obrado com dolo e não com culpa, conseqüentemente, tendo desta maneira realizado, objetiva e subjetivamente, o crime previsto no art. 10 da Lei nº 7.347/85.

Como sabemos a criminalização da conduta descrita no referido dispositivo legal visa exatamente conferir especial vigor à função investigativa conferida ao Ministério Público na Lei nº 7.437/85, como que uma regulamentação da Lei Complementar nº 40/8, encargo este atualmente previsto na própria Constituição Federal, no art. 129, III.

Tão relevante é o encargo investigativo conferido ao Ministério Público e regulamentado na referida lei que a doutrina o denomina de instrumento da própria cidadania (Inquérito Civil: Dez Anos de um Instrumento de Cidadania Antonio Augusto Mello de Camargo Ferraz – in Ação Civil Pública – Organização de Edis Milaré pág. 62-69), justificando a criminalização da conduta obstrutiva daquela tarefa pública, bem como autorizativa do impedimento do próprio Presidente da República, na eventual hipótese de vir a ser ele o autor da ilegalidade, como previsto na CF, art. 85, inc. II, 3ª hipótese.

No caso dos autos, inobstante todo empenho e didática empreendida pelo atento agente local do Parquet em bem cumprir sua função, sua tarefa não foi bem compreendida pelo réu que procurou impedi-la ou dificultá-la, constituindo-se exatamente nisso o ilícito penal.

A conduta do réu teve motivação especial: resposta à iniciativa oficial do agente local do Ministério Público que contrariava seus interesses, particularmente quando procurava investigar atos que envolviam o Município e uma empresa que havia financiado sua campanha política. Conduta movida pelo dolo, conseqüentemente e não por negligência, como sustentado, supletivamente, pela defesa do acusado.

É por tais fundamentos que julgo procedente a presente ação penal" (fls. 967/972).

Como se vê, na r. decisão colegiada ora impugnada constam os motivos de fato e de direito em que se fundou a condenação. Dessa forma, não houve violação ao art. 381, III, do CPP. Além do mais, é de se ressaltar que da fundamentação pode-se extrair facilmente que a conduta típica atribuída ao recorrente foi a de retardar e de recusar a prestar os dados técnicos solicitados. Conclusão diversa demandaria, no caso concreto, a análise de matéria fático-probatória, o que é inviável na via eleita (Súmula nº 07/STJ).

No que tange à configuração do elemento normativo "dados técnicos", tenho que melhor sorte não assiste ao recorrente.

Esta Corte vem entendendo que a expressão "dados técnicos" "*se refere a qualquer informação dependente de um conhecimento ou trabalho específico, que seja peculiar de determinado ofício ou profissão*" (RHC nº 12359/MG, Rel. Min. **Gilson Dipp**, DJU de 01/07/2002).

No mesmo sentido:

"PENAL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 10 DA LEI Nº 7347/85. DADOS TÉCNICOS. CONCEITO QUE ABRANGE AS

Superior Tribunal de Justiça

INFORMAÇÕES, AS CERTIDÕES E OS DOCUMENTOS REQUISITADOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO AO PREFEITO MUNICIPAL. IMPRESCINDIBILIDADE PARA INVESTIGAÇÃO EM INQUÉRITO CIVIL. PRECEDENTES.

Recurso conhecido e provido."

(REsp 706227/PR, 5ª Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJU de 07/11/2005).

No caso, as informações solicitadas pelo Ministério Público se enquadram no conceito de "dados técnicos", uma vez que dizem respeito aos procedimentos observados na rotina de funcionamento da Prefeitura Municipal de Rio Grande/RS. Isso porque os dados requeridos se referiam, **v.g.**, à contratos celebrados pelo Município, se houve licitação em determinada contratação etc.

Esta Corte já apreciou questão bastante semelhante, consoante se depreende do seguinte precedente:

"CRIMINAL. RHC. INVESTIGAÇÃO EM INQUÉRITO CIVIL. ATOS INVESTIGATÓRIOS REALIZADOS PELO MP. REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. PRETENSÃO DE ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE ESCOLHER O QUE DEVE SER ENCAMINHADO À INVESTIGAÇÃO MINISTERIAL. RHC ANTERIOR, COM TAIS ALEGAÇÕES, JÁ JULGADO POR ESTA TURMA. MERA REITERAÇÃO. NÃO-CONHECIMENTO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. SIGNIFICADO DA EXPRESSÃO "DADOS TÉCNICOS". AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA NÃO-EVIDENCIADA DE PLANO. IMPROPRIEDADE DO WRIT PARA APROFUNDADO EXAME DA ATIPICIDADE. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

I. Tratando-se de alegações idênticas às formuladas em RHC anterior já julgado por esta Turma, configura-se a inadmissível reiteração, razão pela qual não se conhece das questões relativas à possibilidade de requisição, pelo Parquet, de documentos ao Poder Legislativo e de que a paciente não teria descumprido as solicitações do Ministério Público, pois apenas teria deixado de encaminhar informações que não diriam respeito aos fatos investigados.

II. A expressão "dados técnicos" se refere a qualquer informação dependente de um conhecimento ou trabalho específico, que seja peculiar de determinado ofício ou profissão.

III. Os documentos e informações requeridas pelo Parquet estão inseridos no conceito de "dados técnicos", pois dizem respeito, tão-somente, aos procedimentos observados na rotina de funcionamento da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves/SP.

IV. A falta de justa causa para a ação penal só pode ser reconhecida quando, de pronto, sem a necessidade de exame valorativo do conjunto fático ou probatório, evidenciar-se a atipicidade do fato, a ausência de indícios a fundamentarem a acusação ou, ainda, a extinção da punibilidade, hipóteses não verificadas *in casu*.

Superior Tribunal de Justiça

V. O *Writ* não se presta para o trancamento de feito por falta de justa causa, se, para análise da alegação, é necessário aprofundado exame acerca da atipicidade.

VI. Recurso parcialmente conhecido e desprovido".

(RHC nº 12359/MG, 5ª Turma, Rel. Min. **Gilson Dipp**, DJU de 01/07/2002, grifei).

No voto-condutor, tem-se:

"Por outro lado, faz-se mister a análise da expressão "dados técnicos", empregada no art. 10 da Lei nº 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), cuja prática foi imputada à paciente, o qual dispõe:

"Art. 10. Constitui crime, punido com pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, mais multa de 10 (dez) a 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público." (grifo nosso)

A impetração refere que os documentos requisitados pelo Parquet não podem ser considerados como "dados técnicos", no sentido dado pela Lei nº 7.437/85.

É certo que a mencionada expressão se refere a qualquer informação dependente de um conhecimento ou trabalho específico, que seja peculiar de determinado ofício ou profissão.

Com efeito. Segundo consta da denúncia, cuja cópia foi juntada às fls. 28/33, o Ministério Público solicitou à paciente, na condição de Presidente da Câmara Municipal do Ribeirão das Neves/SP, por quatro vezes, o envio de informações e cópia de documentos, para o fim de apurar eventuais atos de improbidade administrativa praticados, em tese, no âmbito do Poder Legislativo local, levados ao conhecimento do Parquet por meio de duas representações, encaminhadas por Vereadores e por um Deputado Estadual.

As representações acima mencionadas noticiavam a ocorrência de irregularidades na contratação de serviços e servidores para a Câmara Municipal, bem como a utilização indevida de veículos oficiais daquela Casa (fl. 29).

Assim, os documentos solicitados e não fornecidos pela paciente, os quais poderiam estar relacionados à contratos de bens e serviços ou licitações procedidas pela Câmara Municipal, como destacou a Subprocuradoria-Geral da República, só poderiam ser provenientes das atividades exercidas naquela Casa, em razão das necessidades e urgências surgidas.

Daí concluir-se que, ao contrário do que sustenta o recorrente, os documentos e informações requeridas pelo Parquet estão, sim, inseridos no conceito de "dados técnicos", pois dizem respeito tão-somente aos procedimentos observados na rotina de funcionamento da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves/SP " (grifei).

Por fim, quanto a alegação da dispensabilidade ou não das informações para o ajuizamento de ação civil pública, tenho que a pretensão, no caso em tela, esbarra na **Súmula nº 7** desta Corte, **verbis**: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso

Superior Tribunal de Justiça

especial".

Nesse sentido, os seguintes precedentes do **Excelso Pretório**:

"HABEAS CORPUS. RECUSA OU OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES OU DADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO. TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL. As alegações de falta de justa causa para a ação penal que investiga cometimento do crime do art. 10 da Lei 7.347/85 e de atipicidade da conduta dos pacientes demandariam análise de fatos e provas, o que inviável em *habeas corpus*. Não se tranca ação penal por falta de justa causa, salvo se o fato for evidentemente atípico ou não houver qualquer indício de sua autoria. *Habeas corpus* indeferido".

(HC 83849/SP, 2ª Turma, Rel. Ministro **Nelson Jobim**, DJU de 28/05/2004).

"Criminal. Requisição de documentos pelo MP. Art. 10 da Lei nº 7.347/85. Controvérsia infraconstitucional. Reexame de fatos e provas (Súmula 279). Regimental não provido".

(AI 438002Agr/MG, 2ª Turma, Rel. Ministro **Nelson Jobim**, DJU de 29/08/2003).

Diante do exposto, conheço parcialmente do recurso e, nesta parte, nego-lhe provimento.

É o voto.

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
QUINTA TURMA**

Número Registro: 2005/0160295-8

REsp 785129 / RS
MATÉRIA CRIMINAL

Números Origem: 200401847743 4602 70003892486 70009590324

PAUTA: 16/03/2006

JULGADO: 29/06/2006

Relator

Exmo. Sr. Ministro **FELIX FISCHER**

Presidenta da Sessão

Exma. Sra. Ministra LAURITA VAZ

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. ANTÔNIO CARLOS FONSECA DA SILVA

Secretário

Bel. LAURO ROCHA REIS

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO
ADVOGADO : MATUSALEM FELIPE MORALES
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ASSUNTO: Penal - Leis Extravagantes - Crimes de Respons. Danos ao Meio Ambiente e outros (Lei 7.347/85)

SUSTENTAÇÃO ORAL

SUSTENTOU ORALMENTE: DR. GIOVANI BORTOLINI (P/RECTE)

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia QUINTA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso e, nessa parte, negou-lhe provimento."

Os Srs. Ministros Gilson Dipp, Laurita Vaz e Arnaldo Esteves Lima votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 29 de junho de 2006

LAURO ROCHA REIS
Secretário